

Senhora Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

O papel da Administração Pública tem, ao longo dos tempos, assumido uma importância cada vez maior num garante do bem-estar social, atuando quer na prestação direta de serviços sociais quer na esfera economia.

Com a crescente intervenção do Estado, a dimensão das Administrações cresceu, colocando problemas, primeiro, de eficácia e eficiência da ação e, depois, da sua própria pertinência.

A problematização do que deve ser, nos tempos atuais, o papel do Estado, qual o modelo de governação e, em consequência, que Administração Pública se quer, têm, assim, constituído uma questão central no debate público e político.

Em que domínios e sectores deve o Estado intervir e como? Qual o melhor modelo de organização do Governo? Qual a relação entre os vários níveis de governo, desde o supra-regional, regional e local? Que critérios na divisão de responsabilidades? De que modo se pode garantir uma boa articulação entre a Governação e a Administração?

São questões para as quais as respostas encontradas se têm mostrado insuficientes, perante as exigências dos cidadãos.

Confrontamo-nos, assim, com problemas de pertinência da ação, de falta de qualidade das respostas, de desperdícios e ineficiência na utilização dos recursos.

À Administração Pública é hoje exigido um esforço de adaptação aos novos tempos, na sua articulação com as intervenções sociais de todos os atores, empresas ou organizações não lucrativas, bem como agentes sociais em geral; nas suas formas de intervenção; na sua própria estrutura e peso relativo de funções de regulação, fomento ou prestação de serviços.

Exige-se um esforço em matéria de gestão dos seus programas horizontais e de cada um dos seus organismos, garantindo um impacto social positivo e a rentabilização dos recursos públicos.

Exige-se uma maior autonomia e responsabilização dos seus agentes, com reforço da avaliação, e de uma efetiva gestão estratégica e comportamental.

Senhora Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente do Governo,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Discutir os desafios que se colocam à Administração Pública Regional no contexto atual, sobretudo numa região afetada por alguns constrangimentos financeiros e por essa via sujeitos a

processos de ajustamento estrutural, como é o caso dos Açores, reveste-se de uma importância crucial.

O Programa de Governo que estamos aqui a debater não tem, a ótica do PSD, as respostas adequadas, no que diz respeito à já anunciada reforma da Administração Pública.

Mas damos o benefício da dúvida. O tempo há de se encarregar de responder.

Há necessidade de adotar as estruturas orgânicas, processos e práticas que maximizem a captação de benefícios **resultantes da evolução tecnológica e organizativa da sociedade**, com o objetivo de cumprir a sua missão. Isto é, “**entregar valor à sociedade utilizando os recursos públicos da forma mais eficiente possível.**”

Reformar a Administração Pública é, no essencial, ajustá-la progressivamente às necessidades da sociedade, face aos contextos que a condicionam a cada momento e aos recursos financeiros que a Região pode utilizar e que são retirados do sector privado.

O Governo Regional estará, certamente, ciente da necessidade de reduzir o número de cargos de chefia da Administração Pública Regional; da redução do número de empresas públicas e participadas da Região que constitui uma Administração Pública paralela.

Há necessidade de implementar novos modelos de governação e de organização funcional do Estado que promovam a competência e a flexibilidade de gestão.

Há necessidade de reforçar a utilização de serviços partilhados.

Um pouco por toda a parte, os movimentos de reforma e modernização da Administração Pública perseguem caminhos de maior eficácia, eficiência e economia, aparecendo os serviços partilhados como uma prática recomendada, pela sua capacidade de adaptação à mudança de estruturas e de serviços prestados aos cidadãos.

Não há melhor maneira de valorizar a nossa Administração Pública do que fazer dela o grande parceiro dos eleitos e governantes no processo de tomada de decisão e na condução e aplicação das políticas públicas aprovadas.

Todos os funcionários públicos são necessários. Não pode haver lugar para funcionários que sejam remetidos ao abandono e à discriminação. Todos juntos somos poucos para resolver os graves problemas que os açorianos e os Açores enfrentam.

Disse